



Serviço Público Federal  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense  
Pró -Reitoria de Ensino

<b>DISCIPLINA: Gestão e Licenciamento Ambiental</b>	
<b>Vigência:</b> a partir de 2017/1	<b>Período letivo:</b> 7º semestre
<b>Carga horária total:</b> 30h	<b>Código:</b> BG.46
<b>Ementa:</b> Reflexão sobre gestão ambiental e a mitigação dos impactos Ambientais causados pelas atividades agropecuárias. Compreensão da legislação pertinente à gestão ambiental na propriedade imóvel agrária. Orientações sobre a gestão ambiental nas cadeias produtivas animal e vegetal.	

### Conteúdos

#### UNIDADE I – Gestão Ambiental

##### 1.1 Conceito

#### UNIDADE II – Legislação Pertinente à Gestão Ambiental na Propriedade Imóvel Agrária

##### 2.1 Introdução

##### 2.2 Recursos hídricos e a conservação da água

##### 2.3 Uso e proteção do solo

##### 2.4 Agrotóxicos

##### 2.5 Proteção da flora e uso da terra

##### 2.6 Proteção da fauna e patrimônio genético

##### 2.7 Cadastros e Impostos dos Imóveis Rurais

##### 2.8 Licenciamento Ambiental

##### 2.9 Crimes ambientais e penalidades

#### UNIDADE III – Descarte Adequado de Resíduos Agropecuários

##### 3.1 Tratamento de Dejetos Animais

#### UNIDADE IV – Gestão Ambiental nas Cadeias Produtivas Agropecuárias

##### 4.1 Gestão Ambiental nas Cadeias Produtivas Animais

##### 4.2 Gestão Ambiental nas Cadeias Produtivas Vegetais

### Bibliografia básica

GLEBER, Luciano; PALHARES, Julio Cesar Pascale. **Gestão Ambiental na Agropecuária**. 1. ed. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2007.

FARIAS, Talden. **Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos**. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

MILLER Jr, G. T. **Ciência Ambiental**. Reimpressão 1.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

### Bibliografia complementar

BRASIL. Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967. **Proteção à fauna**.



Serviço Público Federal  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense  
Pró -Reitoria de Ensino

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Política Nacional do Meio Ambiente.**

BRASIL. Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. **Lei dos Agrotóxicos.**

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. **Política Nacional de Recursos Hídricos.**

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Lei de crimes ambientais.**

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.**

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Código Florestal Brasileiro.**

BRASIL. **Código das Águas.** Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934.

BRASIL. Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012. **Sistema de Cadastro Ambiental Rural.**

BRASIL. Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. **Estudos de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental.**

BRASIL. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Licenciamento Ambiental.

RIO GRANDEDOSUL. Lei Estadual nº 11.520, de 03 de agosto de 2000. Código Estadual do Meio Ambiente.

ODUM, E. P. **Ecologia.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

SILVA, C.M.S.; FAY, E.F. (coord.). **Agrotóxicos e ambiente.** Brasília: Embrapa informação tecnológica, 2004.